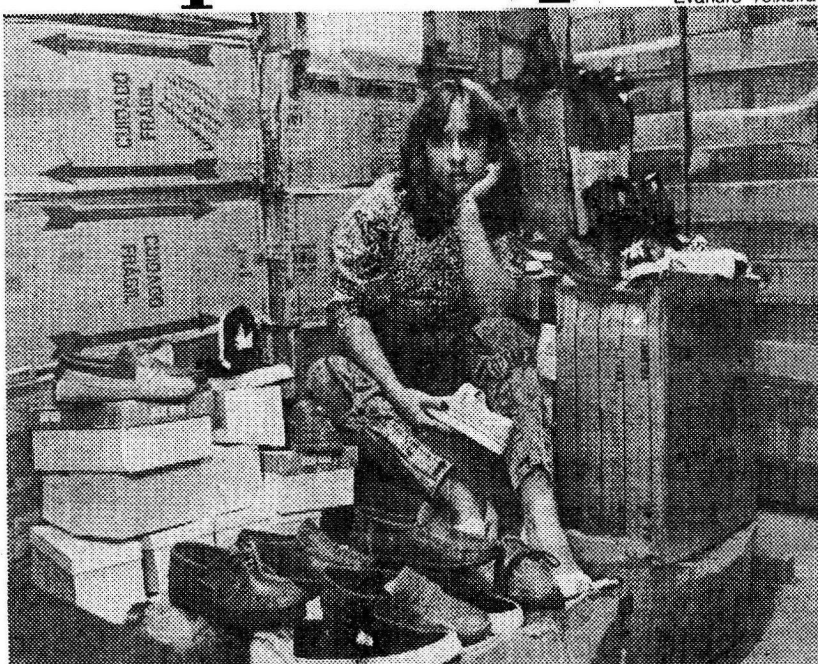




Rita tem 100 mil sapatos e dívida de CZ\$ 23 milhões

Rita quer pagar com sapatos

“Devo, não nego e quero pagar. Mas se for aceitar as exigências dos bancos acabarei fechando a empresa só para pagar os juros. Quero pagar imediatamente em mercadorias e liquidar a dívida, mas os bancos só aceitam receber em 60 dias, cobrando mais juros. Eles querem ganhar sempre.” A denúncia é da diretora da Arama Distribuidora de Calçados e Representações, Rita de Cássia Araújo Carvalho, que decretou sua “moratória interna” em janeiro, deixando de pagar CZ\$ 23 milhões a sete bancos. Ela tem um estoque de 100 mil pares de sapatos prontos para entregar aos credores.

Rita de Cássia, 26 anos, e que antes de dirigir a Arama era gerente de vídeo-clube na Ilha do Governador, deu entrevista na televisão na quinta-feira. No mesmo dia, sentiu os efeitos. De 21h a 23h30min, ela recebeu quatro telefonemas anônimos, nos quais uma voz masculina repetia ameaçadora: “Você deveria ficar preocupada em pagar suas dívidas, e não em aparecer na televisão”. Rita de Cássia lembra que o telefone de sua residência figura no catálogo em nome do sogro e poucas pessoas têm acesso ao número, entre elas os gerentes dos bancos credores, que até a moratória frequentavam sua casa, no subúrbio carioca de Madureira.

A diretoria da Arama, firma de propriedade do sogro e de outros sócios, entrou com pedido de liminar na Justiça carioca para suspender o protesto de títulos depositados em bancos. Ela se viu obrigada a tomar essa medida diante da impossibilidade de conciliar as exigências dos credores com suas possibilidades econômico-financeiras. Os sete bancos — entre eles dois estaduais, o Banerj e o Banespa — querem o pagamento imediato de entre 20% e 30% da dívida global e o refinanciamento da dívida restante em dois a três meses, pagando nesse período juros de mercado.

Ela contrapôs a entrega de mercadoria para quitar a dívida, aceita por um banco em condições leoninas: uma dívida de CZ\$ 4 milhões seria liquidada daqui a 60 dias com mercadorias avaliada em CZ\$ 10 milhões. Um ágio de 150%, define Rita de Cássia. “Prefiro discutir na Justiça um ou dois anos do que ceder aos bancos”, diz revoltada. Ela já demitiu 70 dos 100 empregados da firma.

A Arama é um exemplo clássico da maré do Plano Cruzado e pós-Cruzado. Logo no início de abril, a empresa tomou empréstimos a juros de 2,8% e acabou em janeiro a 20%. O mercado consumidor também espremeu a firma. O faturamento de CZ\$ 13 milhões em 1986 (segundo ano de atividade) estava estimado em CZ\$ 36 milhões em 1987, mas nos quatro primeiros meses do ano as vendas caíram 90%, ficando em apenas CZ\$ 890 mil. “Meu estoque vale CZ\$ 40 milhões. É só vender em dois a três meses que sobrá dinheiro para tocar a empresa”, anima-se Rita de Cássia.

Ela conta episódios que beiram a ilegalidade e envolvem o Banerj na administração de Carlos Augusto Rodrigues de Carvalho, no governo Brizola. As duplicatas deixadas em garantia suplementar para tomar empréstimos no banco estadual fluminense eram descontadas no final do contrato, mas o dinheiro engrossava uma conta vinculada, manipulada pelo gerente do banco, e não era utilizado para abater a dívida, como deveria ser.

O Banerj também deixou de honrar aplicações em CDB da empresa e desviou, por iniciativa própria, o dinheiro para saldar uma dívida. Em certa oportunidade, a Arama entregou duplicata emitidas por clientes seus ao Banerj, que, mesmo cobrando dos emitentes, levou-as ao protesto. “Os bancos querem ganhar, mesmo derrubando os empresários”, queixa-se Rita de Cássia. A Arama deve aos bancos Banerj, Banorte, Econômico, Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul, Itaú, Nacional e Real.